

Exmo. Sr.

Mauricio Galo del Fabro

Presidente do Poder Legislativo

Sant'Ana do Livramento-RS

### MOÇÃO DE APOIO

**Moção de Apoio à Instalação de  
uma CPI (Comissão Parlamentar de  
Inquérito) na Assembléia Legislativa  
do RS para investigar o processo de  
venda da Corsan**

**Senhor Presidente:**

A Bancada do Partido dos Trabalhadores composta pelos vereadores Dagberto Reis, Aquiles Pires e Leandro Ferreira, requerem que, após os trâmites regimentais, seja enviada uma MOÇÃO DE APOIO À INSTALAÇÃO DE UMA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL para investigar o processo de venda da Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN) e que seja encaminhada à presidência da AL/RS.

### JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente e Senhores(as) Vereadores(as):

Diante de dúvidas de diversas ordens, levantadas por diversas entidades, particularmente quanto a possíveis irregularidades na fixação do preço de venda da CORSAN e a caracterização de informação privilegiada no processo de arrematação, é cabível e necessária a instalação na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul para investigar o processo de venda da companhia pública gaúcha, que completa 58 anos em 2023.

A CPI poderá trazer esclarecimentos à população de nosso Estado, já existindo ajuizada uma Ação Popular do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e

**Aquiles Pires**  
55 3241 8636 @aquilespires

v e r e a d o r e s  
**Dagberto Reis**  
55 3241 8613 @dagbertoreis

**Leandro Ferreira**  
55 3241 8641 @leandro.ferreira13000

**Câmara Municipal de Vereadores de Santana do Livramento/RS**  
Rua Senador Salgado Filho, 528 - Centro  
[www.santanadolivramento.rs.leg.br](http://www.santanadolivramento.rs.leg.br)

Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado do Rio Grande do Sul (SINDIÁGUA/RS), visando anular o processo de venda da CORSAN junto ao 2º Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre. São cinco itens levantados, questionando a negociação:

I) As empresas responsáveis pela avaliação da CORSAN foram contratadas diretamente pela companhia, com dispensa de licitação, contrariando as legislações estadual e federal que exigem a realização de licitação para este fim.

II) O edital foi omissivo quanto à existência de inúmeros contratos de financiamento existentes, principalmente da Caixa Econômica Federal. Não há notícias de que a Caixa tenha aprovado a transferência de titularidade da companhia, o que pode causar imenso prejuízo não só ao Estado como a diversos municípios.

III) Mesmo com a transferência de venda de julho de 2022 (quando estava marcada a realização de um IPO – “oferta pública inicial”) para dezembro, não foi refeita a avaliação da companhia.

IV) Os dados relativos ao déficit da Fundação CORSAN, que trata da previdência complementar de funcionários e aposentados, são inconsistentes. No entanto, a decisão da CORSAN, após publicar o edital de venda, de arcar com a sua parte no equacionamento, embora correta, apesar do valor insuficiente, significa a concessão de um desconto de R\$ 640 milhões para a empresa privada Aegea.

V) Diante da sua relação contratual com a CORSAN, a única participante e vencedora do leilão não poderia ter sequer participado por deter informações privilegiadas que legalmente a impedem.

Considerando a seriedade do que está envolvido na venda da CORSAN e suas consequências futuras aqui mesmo em nosso município, com a perda da receita de ICMS, acreditamos que a venda de estatais não irá solucionar os problemas financeiros enfrentados pelo Governo do RS.

v e r e a d o r e s

<b>Aquiles Pires</b> 55 3241 8636 @aquilespires	<b>Dagberto Reis</b> 55 3241 8613 @dagbertoreis	<b>Leandro Ferreira</b> 55 3241 8641 @leandro.ferreira13000
--	--	--

**Câmara Municipal de Vereadores de Santana do Livramento/RS**  
Rua Senador Salgado Filho, 528 - Centro  
[www.santanadolivramento.rs.leg.br](http://www.santanadolivramento.rs.leg.br)

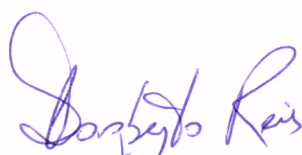


Aqui em nosso município onde aflora o Aquífero Guarany e onde possuímos a autarquia ( Departamento de Água e Esgoto) – DAE é de suma importância que esta gestão continue

sendo feita pelo Poder Público. Atualmente tanto a privatização do DAE, conforme emenda à Lei Orgânica do vereador Glauber Lima, quanto a Parceria Público Privada (PPP) emenda do vereador Dagberto Reis, não podem ser efetivadas sem a realização de um Plebiscito.

Desde a aprovação do Marco Regulatório, sabíamos que as autarquias corriam esse risco, por isso precisamos atuar e lutar pela defesa da água como bem público.

Acreditamos portanto que os colegas serão favoráveis à aprovação desta moção, apoiando a instalação de uma CPI no Parlamento Gaúcho, instando todos os deputados e deputadas estaduais a assinarem o pedido, seguindo-se todos os trâmites.

  
**Dagberto Reis**  
Líder da bancada

  
**Aquiles Pires**

  
**Leandro Ferreira**

**Aquiles Pires**  
55 3241 8636 @aquilespires

v e r e a d o r e s  
**Dagberto Reis**  
55 3241 8613 @dagbertoreis

**Leandro Ferreira**  
55 3241 8641 @leandro.ferreira13000